

O Brasil sempre foi um país capitalista. As teorias que pretendem ver no Brasil colonial e no período imperial a predominância do modo de produção feudal, ou então do modo de produção escravista, são absolutamente insustentáveis. Desde o início da colonização, o Brasil foi tratado como uma empresa comercial. Caio Prado Jr. (1945) deixou muito claro este fato nos primeiros capítulos de sua *História econômica do Brasil*.

Sem dúvida, podemos encontrar traços de modos de produção pré-capitalista no Brasil. Portugal foi a primeira nação européia a realizar uma espécie de revolução burguesa, mas jamais a completou. Durante todo o período colonial brasileiro, Portugal conservou fortes traços do seu passado feudal. É natural, portanto, que o latifúndio brasileiro também conservasse internamente certas características do feudo: auto-suficiência, poder absoluto do senhor, sistema de agregados, prevalência de uma ideologia aristocrática. Mas o caráter fundamental do latifúndio é capitalista. O objetivo é o lucro através da colocação do açúcar no mercado internacional. A forma de realizá-lo é a chamada “acumulação primitiva”, que Marx descreveu tão bem no capítulo XXIV do Livro I de *O capital*. O trabalho escravo, que levou alguns a ver escravismo no Brasil, não passou de uma forma, por excelência, através da qual a burguesia mercantil se apropriou do excedente nos quadros do processo de acumulação primitiva, porque “acumulação primitiva” não é outra coisa senão todas as formas mais ou menos violentas que a burguesia utilizou inicialmente para extrair e acumular excedente, inclusive a especulação mercantil. Só depois de realizar a acumulação primitiva e já de posse de um capital inicial foi possível à burguesia extrair excedente através do mecanismo da mais-valia, que pressupõe, além de capital, trabalho assalariado e troca de equivalentes.

O Brasil foi, portanto, sempre e predominantemente capitalista, mas há duas formas de capitalismo histórica e conceitualmente distintas: o capitalismo mercantil ou especulativo, e o capitalismo industrial ou capitalismo propriamente dito.¹

Os países que se desenvolveram foram aqueles que ultrapassaram a fase de predomínio do capital mercantil mais cedo. No Brasil, o capital mercantil, controlado através de uma associação da oligarquia agrário-mercantil local,

primeiro com o colonialismo português e depois com o imperialismo britânico, prevaleceu de forma decisiva até pelo menos 1930. Por isso, o Brasil permaneceu subdesenvolvido. O subdesenvolvimento brasileiro está indissolúvelmente ligado à predominância do capital mercantil na economia brasileira durante um longo período em que outros países, a começar pela Inglaterra em torno de 1760, e depois a França e os Estados Unidos, no início do século XIX, passavam para o domínio do capital industrial.

O capitalismo mercantil é uma formação social historicamente situada, na qual a apropriação do excedente é realizada pela burguesia por meio de formas violentas ou especulativas, e não por meio do mecanismo da mais-valia, que é próprio do capitalismo industrial. O capital mercantil é a forma original que assume o capitalismo. Seu mecanismo mais típico de apropriação do excedente é o comércio especulativo de longa distância. À medida que os mercados eram capazes de comprar em um lugar e vender suas mercadorias muito longe dali, eles logravam um monopólio sobre aquelas mercadorias que lhes permitia vendê-las por um preço muito mais alto do que seu valor-trabalho.

O valor de uma mercadoria, conforme descobriram os economistas políticos clássicos, é correspondente à quantidade média de trabalho nela incorporado. O preço em moeda de uma mercadoria deve ser, em princípio, correspondente ao seu valor, com a correção necessária para a equalização da taxa de lucro.

No capitalismo mercantil, entretanto, o preço descola-se inteiramente do valor, e é através dessa diferença que o mercador se apropria privadamente do excedente, ou seja, do produto que excede o consumo necessário à sobrevivência e reprodução dos trabalhadores.

Nos modos pré-capitalistas de produção, as aristocracias dominantes apropriavam-se do excedente econômico sob diversas formas. No modo asiático de produção, que caracterizou todas as grandes civilizações hidráulicas da Antigüidade (Egito, China, Índia, Mesopotâmia), tínhamos os tributos e secundariamente o trabalho escravo. No escravismo grego e romano, o trabalho escravo. No feudalismo, a corvêia (obrigação de trabalhar alguns dias por semana gratuitamente para o senhor) era a forma mais típica de apropriação do excedente. Mas em todas elas o traço comum será a violência ou a ameaça aberta de violência como forma de obrigar os trabalhadores a ceder o excedente produzido.

No capitalismo mercantil, a burguesia apropria-se do excedente através dessa forma disfarçada de violência que é a especulação, o lucro mercantil, a venda por um preço descolado do valor. Mas a burguesia, no seu processo de acumulação primitiva, também usa de métodos diretamente violentos.

tos, como a expropriação das terras dos camponeses, a pirataria, a tributação, a inflação e o estabelecimento de monopólios oficiais.

O capital mercantil, em princípio, não interfere na produção. Esta continua pré-capitalista. Mas nas colônias, quando não há uma produção pré-capitalista organizada, não há outra alternativa senão organizar diretamente a produção. É nesse momento que surge o escravismo mercantil, que obviamente nada tem a ver com o escravismo da Antigüidade clássica. Ao procurar organizar a produção através do trabalho escravo, entretanto, o capital mercantil conserva os vícios originados da apropriação especulativa do excedente. Seu lucro deve derivar da super-exploração dos escravos e da diferença estrutural entre valor e preço que as largas distâncias do comércio internacional permitem. Não faz parte do cálculo econômico do capitalista mercantil que o aumento sistemático da produtividade e a permanente incorporação do progresso técnico ao processo de produção possam e devam ser o caminho mais adequado para a extração do excedente econômico. Isto só será percebido mais tarde pelos capitalistas industriais.

Em conseqüência, o Brasil continua, até o início deste século, produzindo em termos absolutamente tradicionais. Não houve, por exemplo, nenhum progresso técnico significativo na agricultura do café entre 1830 e 1930. O Brasil “desenvolvia-se”, aumentava sua produção por habitante à medida que se especializava na produção de um bem mais rentável, o café, não à medida que aumentava a produtividade.

O capital mercantil, o mecanismo de acumulação primitiva e o modelo primário-exportador, que nos reduzia a meros exportadores de produtos primários, estão assim indissolúvelmente ligados. E constituem a causa fundamental do nosso subdesenvolvimento. O capital mercantil proporcionou à economia dois auges no período colonial, mas foram momentos efêmeros, já que não estavam baseados em ganhos de produtividade. Em 1650, tivemos o auge da cana-de-acúcar; em 1750, o auge do ouro. Em seguida, a retração secular. Entre 1750 e 1850, a economia brasileira não está apenas estacionada. Ela regride. Só a partir dessa época o café proporciona uma espécie de “desenvolvimento”, mas muito parcial, que, conforme demonstrou Celso Furtado, moderniza os padrões de consumo da elite dominante, mas não promove o desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, a incorporação de progresso técnico. De 1850 até 1930, a renda por habitante cresce, à medida que o país se especializa na produção de café, mas o capital mercantil continua dominante, o capital industrial pouco se desenvolve. O atraso do Brasil em relação aos países industrializados não se reduz, mas se aprofunda. A população continua crescendo sem que a produtividade dos trabalhadores aumente. Define-se o subdesenvolvimento brasileiro.

NOTA

¹ Caio Prado Jr., que em dois livros clássicos (1942 e 1945) analisou o caráter mercantil da colonização brasileira, radicalizou de forma equivocada sua análise em *A revolução brasileira* (1966), em que recusou a existência de uma burguesia industrial no país e afirmou que o Brasil continuava, ainda nos anos 60, dominado pelo capitalismo mercantil. Dessa forma, ele procurava criticar intelectuais de esquerda ligados ao partido comunista, como Nelson Werneck Sodré (1964), ou ligados ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros, como Ignácio Rangel e Hélio Jaguaribe (1958, 1962), ou ainda à CEPAL — Comissão Econômica para a América Latina —, das Nações Unidas, como Celso Furtado, que verificaram a existência de uma aliança política dessa natureza entre 1930 e 1960. Sobre o tema, ver Bresser Pereira (1997).